

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Comarca de Três Rios, Areal e Levy Gasparian

1ª Vara da Comarca de Três Rios, Areal e Levy Gasparian

Avenida Tenente Enéas Torno, 42, Nova Niterói, TRÊS RIOS - RJ - CEP: 25802-330

SENTENÇA

Processo: 0805450-85.2023.8.19.0063

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

REQUERENTE: -----

REQUERIDO: ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO

I – RELATÓRIO

-----, já devidamente qualificada nos autos em epígrafe, ajuizou a presente ação de reparação por danos morais contra ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO.

Em petição inicial de e-doc. 01, a parte autora narra que é agente de Polícia Federal, à época do fato lotada na Superintendência Regional do Rio de Janeiro, situada na capital do Estado. Alega que, ao participar da equipe ordenada para cumprir mandado de prisão na residência da parte ré, em 23 de outubro de 2022, foi pessoalmente atingida por ataques com granada e fuzil, situação que repercutiu intensamente na mídia e resultou em danos incalculáveis; que o Ministério Público Federal apresentou denúncia contra a parte ré por, entre outros crimes, tentativa de homicídio qualificado (com quatro qualificadoras), tendo a autora figurado como uma das vítimas; que, ao todo foram empregadas 03 granadas adulteradas com incremento de fita e pedaços de pregos cortados para impulsionar o dano e 60 disparos de fuzil (carabina calibre 5.56x45mm) em direção à autora e aos seus colegas policiais; que a autora recebeu um primeiro atendimento e foi identificado que havia ferimentos na cabeça, no cotovelo direito e joelho esquerdo, assim como uma enorme e profunda lesão na região do quadril, que chegou a fazer um “buraco” na calça jeans que usava no momento do ocorrido, além de arrancar um pedaço do coldre que portava e danificar o cano da arma; que os policiais feridos foram transferidos para o hospital de Clínicas Nossa Senhora da Conceição, localizado na cidade de Três Rios/RJ, em situação de risco “muito urgente”; que os exames permitiram confirmar a presença de diversos estilhaços alojados na



região do quadril, sendo um deles maior e localizado em uma região mais profunda, razão pela qual não foi possível fazer a retirada de imediato; que no dia 29 de outubro de 2022 a região do machucado no quadril iniciou um processo inflamatório, que piorou ao longo dos dias, fazendo com que a autora precisasse voltar com urgência ao médico no dia 01 nov. 2022, que determinou a sua internação imediata na Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora e a realização de urgência do procedimento cirúrgico para retirada dos estilhaços já para o dia seguinte, o que foi feito. Pede a condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais e estéticos.

Emenda à inicial a e-doc. 87.

Citado o réu, foi apresentada a contestação de e-doc. 129, na qual argui a preliminar de inépcia da inicial. No mérito, aduz que policiais devem possuir equilíbrio emocional e resiliência necessária para atuar em situações de alto risco e pressão constante; que o trajeto do projétil é incompatível com a posição elevada do réu e a situação operacional da equipe policial no momento dos fatos; que a munição mencionada, do calibre 5.56, é amplamente conhecida por sua alta capacidade de penetração, sendo incompatível com os danos apresentados na pistola da autora; que é plausível que o disparo tenha ocorrido da própria arma da autora, de forma acidental, quando escorregou ao tentar se abrigar; que a autora deu entrada no hospital em 23/10/2022 às 13:28 e recebeu alta no mesmo dia, poucas horas depois; que esse fato demonstra que, embora tenha sido atendida por conta das lesões alegadas, o quadro não apresentou gravidade suficiente para exigir internação prolongada ou cuidados médicos intensivos. Pede a extinção do processo sem a resolução do mérito ou a improcedência do pedido.

Impugnação à contestação a e-doc. 138, na qual a parte autora ratifica o pedido inicial.

Em provas, nada foi requerido.

É o relatório. Passo a decidir.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Não merece prosperar a preliminar de inépcia da inicial. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já sedimentou o entendimento de que só deve ser reconhecida a inépcia da petição inicial nas hipóteses do art. 330, §1º do Código de Processo Civil. Assim, não deve ser acolhida a preliminar quando for possível compreender o pedido e a causa de pedir.

Ultrapassada a preliminar, passa-se ao exame do mérito.

Cuida-se de ação de reparação por danos morais e estéticos fundada na responsabilidade civil subjetiva da parte ré, inculpada nos artigos 186 e 927 do Código Civil. Segundo os mencionados dispositivos legais, aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, causar um dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, fica obrigado a repará-lo.



Para a caracterização da responsabilidade subjetiva, torna-se necessária a existência do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva do agente e o dano causado, além da verificação da culpa, a qual é erigida em elemento básico da responsabilidade e pressuposto indispensável à indenização. A culpa *lato sensu* se funda na violação de um dever jurídico e engloba a culpa *stricto sensu* e a conduta dolosa.

A configuração da responsabilidade subjetiva depende, portanto, da presença dos seguintes elementos: a conduta culposa do agente, o dano e a relação de causalidade entre um e o outro. Ausentes quaisquer desses elementos, descaracteriza-se o dever de indenizar. A responsabilidade subjetiva também se afasta nas hipóteses de exclusão do nexo causal, a saber: o fortuito externo, o fato exclusivo da vítima e o fato de terceiro.

A presente hipótese cuida de pedido de reparação por dano moral e estético decorrente de ato ilícito praticado pelo réu. De plano, insta registrar a independência entre a jurisdição civil e a penal, na forma do disposto no art. 935 do Código Civil. Portanto, a parte autora não necessita aguardar pelo encerramento do processo criminal para pleitear a reparação civil em decorrência do ilícito de que foi vítima.

Narra a autora que é agente de Polícia Federal, à época do fato lotada na Superintendência Regional do Rio de Janeiro, situada na capital do Estado. Alega que, ao participar da equipe ordenada para cumprir mandado de prisão na residência da parte ré, em 23 de outubro de 2022, foi pessoalmente atingida por ataques com granada e fuzil, situação que repercutiu intensamente na mídia e resultou em danos incalculáveis; que o Ministério Público Federal apresentou denúncia contra a parte ré por, entre outros crimes, tentativa de homicídio qualificado (com quatro qualificadoras), tendo a autora figurado como uma das vítimas; que, ao todo foram empregadas 03 granadas adulteradas com incremento de fita e pedaços de pregos cortados para impulsionar o dano e 60 disparos de fuzil (carabina calibre 5.56x45mm) em direção à autora e aos seus colegas policiais; que a autora recebeu um primeiro atendimento e foi identificado que havia ferimentos na cabeça, no cotovelo direito e joelho esquerdo, assim como uma enorme e profunda lesão na região do quadril, que chegou a fazer um “buraco” na calça jeans que usava no momento do ocorrido, além de arrancar um pedaço do coldre que portava e danificar o cano da arma; que os policiais feridos foram transferidos para o hospital de Clínicas Nossa Senhora da Conceição, localizado na cidade de Três Rios/RJ, em situação de risco “muito urgente”; que os exames permitiram confirmar a presença de diversos estilhaços alojados na região do quadril, sendo um deles maior e localizado em uma região mais profunda, razão pela qual não foi possível fazer a retirada de imediato; que no dia 29 de outubro de 2022 a região do machucado no quadril iniciou um processo inflamatório, que piorou ao longo dos dias, fazendo com que a autora precisasse voltar com urgência ao médico no dia 01 nov. 2022, que determinou a sua internação imediata na Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora e a realização de urgência do procedimento cirúrgico para retirada dos estilhaços já para o dia seguinte, o que foi feito.

O réu se defende sob o argumento de que policiais devem possuir equilíbrio emocional e resiliência necessária para atuar em situações de alto risco e pressão constante; que o trajeto do projétil é incompatível com a posição elevada do réu e a situação operacional da equipe policial no momento dos fatos; que a munição mencionada, do calibre 5.56, é amplamente conhecida por sua alta capacidade de penetração, sendo incompatível com os danos apresentados na pistola da autora; que é plausível que o disparo tenha ocorrido da própria arma da autora, de forma acidental, quando escorregou ao tentar se abrigar; que a autora deu entrada no hospital em 23/10/2022



às 13:28 e recebeu alta no mesmo dia, poucas horas depois; que esse fato demonstra que, embora tenha sido atendida por conta das lesões alegadas, o quadro não apresentou gravidade suficiente para exigir internação prolongada ou cuidados médicos intensivos.

As partes dispensaram a produção de prova oral.

Conforme previsão do art. 374, I, do Código de Processo Civil, independe de prova os fatos notórios, assim considerados aqueles de conhecimento público. Tal é a situação dos autos. Com efeito, e como bem demonstram as matérias jornalísticas juntadas em e-doc. 30/32, a operação policial relatada e seus resultados danosos foi amplamente noticiada pela imprensa nacional. Não há nenhuma dúvida, portanto, de que foi o réu o autor das agressões perpetradas contra a equipe de policiais federais designada para o cumprimento de mandado de prisão em seu desfavor.

As lesões corporais sofridas pela autora estão devidamente comprovadas pelos documentos médicos de edoc. 04/12, destacando-se que o laudo médico-pericial produzido pela Polícia Federal descreve as seguintes lesões: “lesões contusas em região fronto temporal esquerda e região parainguinal direita”.

O nexo de causalidade existente entre as ações perpetradas pelo réu e as lesões sofridas pela autora é evidente. Não se acolhem os argumentos defensivos de que: “o trajeto do projétil é incompatível com a posição elevada do réu e a situação operacional da equipe policial no momento dos fatos; que a munição mencionada, do calibre 5.56, é amplamente conhecida por sua alta capacidade de penetração, sendo incompatível com os danos apresentados na pistola da autora; que é plausível que o disparo tenha ocorrido da própria arma da autora, de forma acidental, quando escorregou ao tentar se abrigar”.

Tais argumentos defensivos, na verdade, são meras especulações, sem o amparo de nenhuma prova produzida pelo réu, ônus que se lhe competia, por se tratar de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora, na forma do art. 373, II, do Código de Processo Civil.

O argumento de que policiais devem possuir equilíbrio emocional e resiliência necessária para atuar em situações de alto risco e pressão constante igualmente não se sustenta. Embora a exposição a situações de risco seja inerente à natureza do trabalho policial, tal circunstância não elide o direito de se pretender a reparação civil por eventuais danos deliberadamente causados por terceiros contra si no exercício da profissão.

Assim, reconhecido o ato ilícito praticado pelo réu, passa-se a analisar a dimensão dos danos sofridos pela parte autora.



A parte autora busca uma reparação pelos danos morais sofridos em razão do evento ocorrido. O dano moral decorre de uma lesão aos direitos da personalidade, vulnerando a integridade física, psíquica ou emocional do ser humano, sob o prisma social, afetivo ou intelectual. Revela-se através de um sentimento íntimo de dor, tristeza, constrangimento, vexame ou humilhação perante a sociedade.

A reparação do dano moral detém caráter compensatório à vítima e punitivo ao autor do fato. O sofrimento moral é irreparável, não sendo possível a eliminação dos efeitos extrapatrimoniais de uma lesão. Cabe somente uma compensação financeira como maneira de amenizar a dor sofrida pela vítima. A finalidade punitiva decorre da aplicação da teoria do desestímulo, que busca evitar a reincidência do autor do fato.

Na hipótese, verifica-se que a autora sofreu lesões físicas (lesões contusas em região fronto temporal esquerda e região parainguinal direita e-doc. 03) e sofreu restrição para participar de atividades externas por quarenta e cinco dias, conforme laudo de e-doc. 04. O fato é inegavelmente gerador de reconhecidos transtornos e constrangimentos. A fixação do dano moral deve atender aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e a critérios como a capacidade econômica das partes e a extensão do dano, além de atender às funções compensatória e punitivopedagógica. Essa é a posição que predomina na jurisprudência, reproduzida no seguinte julgado:

“(...) Na apuração do valor do dano moral devem ser consideradas as condições do ofensor, do ofendido e do bem jurídico violado, além dos critérios de proporcionalidade e razoabilidade”. (TJ/RJ - 13ª CC - Apelação Cível 2003.001.21.803 - Des. Nametala Machado Jorge - 26/01/2004)”

Nesses termos, considerando que as condições econômicas da autora e do réu, a repercussão na vida pública e privada e as demais circunstâncias do fato, o valor justo e equânime para a reparação dos danos morais é fixado em R\$200.000,00 (duzentos mil reais).

A autora requer, ainda, a condenação do réu ao pagamento de uma indenização por danos estéticos. O dano estético constitui uma forma autônoma de dano extra patrimonial provocado pela ofensa à integridade corpórea da pessoa humana, de modo a produzir uma deformação física permanente ou de efeito prolongado. A jurisprudência já sedimentou o entendimento de que são cumuláveis as indenizações de dano estético e dano moral, conforme materializado no verbete nº 387 do Superior Tribunal de Justiça. Na hipótese, contudo, não ficou comprovada a existência de sequelas estéticas. Vale ressaltar que somente um exame pericial médico poderia atestar a existência de dano estético e o respectivo grau da lesão, não bastando para tanto a mera juntada de fotografias. Como a parte autora não requereu a produção da prova pericial pertinente, não há como se acolher o pedido de condenação autônoma por dano estético.

III – DISPOSITIVO



Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO para condenar o réu ao pagamento de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), a título de indenização por dano moral, valor que deverá ser atualizado monetariamente a partir da presente data e acrescido de juros de mora conforme o art. 406, §1º, do Código Civil, a partir da data da citação. Por ter a autora decaído de porção mínima do pedido, condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% sobre o valor da condenação.

Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os presentes autos.

P.I.

TRÊS RIOS, 1 de abril de 2026.

EDUARDO BUZZINARI RIBEIRO DE SA
Juiz Titular

